

A AUTORIA E A FUNÇÃO-AUTOR NO LIVRO DIDÁTICO¹

*Eliane Righi de Andrade*²

RESUMO: A autoria nos textos escritos nos confronta com uma questão fundamental: será que aquele que escreve tem o poder de atribuir à sua obra um sentido único, um uso exclusivo daquilo que escreve, utilizando-se de um conjunto de signos que se organiza objetivamente em texto e que se consolida em livro na forma impressa? Cada usuário realiza suas próprias operações sobre um bem cultural qualquer, de modo que isso o torna, de alguma maneira, co-autor das diversas produções. Isso não significa, no entanto, que os autores não imprimam uma direção, um possível olhar para os textos que escrevem e que vai se alterando, ganhando novos contornos, no processo de fabricação do livro com o trabalho daqueles que o manipulam. Qual seria especificamente a função autor nos livros didáticos na atualidade e o papel do professor como um de seus usuários?

PALAVRAS-CHAVE: Autoria; função-autor; livro didático.

ABSTRACT: The authorship in the written texts brings us face to face with a very important question: does the author have the power to give his works a unique meaning, using a set of signs organized into an objective text which is going to be printed as a book? Every user carries out a complex set of procedures for getting meaning of any cultural product; therefore, he can be considered a co-author of these productions. However, authors with editors and other publishing professionals can lead the readers eyes to a probable reading. We intend to discuss, in this paper, the author-function in textbooks throughout the centuries in Brazil and what is, at present, the teachers role as one of their users.

KEY-WORDS: Authorship; author-function; textbooks.

1 Este trabalho é parte da dissertação de mestrado da autora, intitulada: "A formação do professor e seu vínculo com o processo de escolha e adoção do livro didático", defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em setembro de 2003.

2 Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: elianerighi@terra.com.br

Introdução

Falar sobre a autoria de livros nos confronta com uma questão fundamental: será que aquele que escreve tem o poder sobre sua obra, ou seja, de lhe atribuir um sentido universal, através de um conjunto de signos que se organizam em forma de um texto ou de um objeto impresso?

Se partirmos do raciocínio de Certeau (1994), isso não nos parece, ao menos totalmente, verdadeiro. Cada usuário realiza suas próprias operações sobre um bem cultural, de modo que isso o torna, de alguma maneira, co-autor das diversas produções.

Essas operações, segundo Roger Chartier, outro estudioso dos processos de leitura, demonstram diferentes usos, diferentes apropriações da leitura, onde “o essencial é compreender como os mesmos textos podem ser diversamente apreendidos, manejados e compreendidos.” (Chartier, 1999, p.16).

Um questionamento bastante interessante que se coloca em relação à autoria e que é igualmente levantado por Chartier é o fato de os livros não serem escritos, ou, em outras palavras, o fato de os autores não escreverem livros. Eles escrevem textos que se transformam em objetos para serem consumidos: “Os autores não escrevem livros: não, eles escrevem textos que se tornam objetos escritos, manuscritos, gravados, impressos e, hoje, informatizados”. (Chartier, 1999, p.17).

Isso não quer dizer, no entanto, que os autores não “imprimam” uma direção, um olhar, um possível uso para as obras que escrevem. Nem que editores e todos aqueles que trabalham no processo de confecção dos livros também não contribuam para dar uma forma específica a esse texto, fazendo com que os elementos materiais coloquem em evidência uma certa tendência e delineiem limites, inclusive visuais, para os leitores, através de um conjunto de dispositivos físicos que destacam as intenções do autor ou que sejam produto de alterações estratégicas cujo objetivo seja a transformação do objeto de leitura em um objeto de desejo de consumo. Segundo McKenzie (1986, p.20), “novos leitores criam textos novos, cujas significações dependem diretamente de suas novas formas”. Por isso, devemos considerar as variações no campo dos recursos textuais, formais e ainda da própria natureza do leitor, para caracterizar os diversos tipos de leitura ou, utilizando Certeau, os diferentes usos da leitura.

Podemos inferir que os leitores fazem interpretações possíveis do que lêem, considerando seu próprio espaço, seu “lugar”, que é demarcado pelo conjunto de condições sócio-culturais que o circundam e o delimitam em seu espaço no mundo. Assim como o autor também cria dentro do espaço que lhe cabe e dentro das condições materiais que lhe correspondem e que lhe são permitidas dentro do espaço editorial.

Se as pessoas têm consciência de seu papel de co-produtor ou de seu poder de interferir no que é lido não nos parece o fato mais relevante, pois esse processo ocorre no cotidiano das práticas de cada indivíduo e, portanto, são “trajetórias indeterminadas”, nas

palavras de Certeau (1994, p. 97), as quais as pessoas atravessam sem bem saber para onde vão ou por que seguem esse caminho. No entanto, é fato que elas se distanciam do lugar de poder. Daí a dificuldade de serem captadas.

No contexto em que se inserem os estudos das práticas cotidianas e dos textos produzidos ao longo da história da humanidade, voltamo-nos para o questionamento do que é o autor e, em nosso caso, tendo como objeto de análise o livro didático, o que representa o autor no contexto dos livros escolares. Qual seria a “função-autor” nesses textos e de que maneira os co-produtores se relacionariam com as obras quando impressas?

A co-produção nos textos didáticos abarcaria diferentes usuários: professores e alunos. No entanto, nesse estudo, buscaremos fazer uma breve análise de como a autoria de livros didáticos tem-se construído historicamente no Brasil, procurando relacionar o papel do livro didático – produto dessa construção – à formação do professor, considerando este um de seus usuários e, portanto, um apropriador de sentidos nem sempre pretendidos pelos autores e editores. Pretendemos também analisar de que maneira estrategicamente os autores/editores imprimem uma trajetória para o uso desses livros, de modo a procurar limites para a capacidade de criação dos professores. Assim, seria-nos possível ter um breve quadro sobre o modo pelo qual o autor de livro didático assume o lugar estratégico da transmissão do saber ao longo de nossa história e como os autores utilizam-se de seu lugar privilegiado para impor suas leituras. O próximo passo seria investigar o emprego de táticas de transgressão dessas leituras didáticas e de que maneira isso contribuiria para a construção de uma nova prática pedagógica que envolvesse as diferentes leituras – termo aqui empregado em sentido bastante amplo, que nos remete à concepção de leitura de Paulo Freire – de educadores e educandos, ou seja, dos diferentes agentes envolvidos no processo educativo. Tal intento, todavia, por sua complexidade e pela natureza breve desse trabalho, se coloca aqui como proposta para o desenvolvimento e aprimoramento posteriores do tema.

1 Breve histórico sobre a função-autor

Após um período em que o autor ficou praticamente esquecido pela história do livro, fazendo com que a ênfase na análise repousasse ora sobre os leitores, ora sobre a produção de sentido a partir de um sistema de signos, temos o retorno à discussão da função-autor através do estudo formulado por Foucault (1979) em seu artigo, “What is an author?”, que foi explorado por Chartier (1999) em *A ordem dos livros*. Esse autor, no entanto, questiona a posição assumida por Foucault em seu artigo, no que diz respeito à diferenciação no trato da autoria em textos literários e científicos, desde a Idade Média. Foucault estabelece a distinção nas citações com relação aos textos literários e científicos, considerando a

necessidade da autoria explícita nesses últimos com o advento do desenvolvimento das ciências e a responsabilização pelas informações contidas nesse tipo de texto.

Foucault descreve a função-autor no conjunto de obras que possuem traços definidos, os quais podem ser atribuídos a uma identidade. Nesse caso, há a identificação das obras através do nome próprio do autor e, por meio desse reconhecimento, temos o conceito de “propriedade literária”. Foucault localiza historicamente esse momento da autoria no final do século XVIII e início do século XIX e o coloca como determinante no sistema de citações de textos. No entanto, a função-autor é anterior a esse procedimento, com o surgimento da autoridade punitiva sobre o autor, a qual remonta ao século XVII e estabelece que o autor é responsável pelo que escreve e deve ser punido se transgredir o que é permitido.

Para nosso objeto de investigação – a autoria nos livros didáticos –, focaremos a partir do aparecimento da propriedade literária, que surge no fim do século XVIII. Ela seria produto muito mais da defesa dos interesses da livraria, a qual detinha a exclusividade dos títulos, do que da questão do direito da propriedade do autor. No jogo de forças entre livreiros e soberanos, o que se colocava como questão era a interpretação dos privilégios concedidos para a publicação da obra às livrarias. Os livreiros queriam que os privilégios fossem reconhecidos como propriedade do autor e não como uma concessão dos soberanos, uma vez que os livreiros desejavam estender seus direitos sobre as obras após a morte do autor, não as relegando posteriormente aos herdeiros, mas sim tendo o direito à perpetuidade dos privilégios adquiridos pelo livreiro sobre a obra.

Historicamente, no entanto, percebemos que foi com o advento da imprensa que começou uma preocupação maior por parte dos autores de ter certo controle sobre as formas materiais e o modo de circulação de suas escritas. Essa atitude, entretanto, já pôde ser detectada, anteriormente, em Petrarca, na condução de suas obras ainda manuscritas. Ele reproduzia pessoalmente suas obras, estabelecendo controle sobre as mesmas. Isso não ocorria nas compilações realizadas pelos copistas, o que caracteriza a ausência da função-autor no regime de citação dessas obras, as quais muitas vezes abarcavam autores diferentes e até anônimos. A função-autor passa a existir no contexto em que se estabelece a relação entre o autor e sua obra como objeto. Ela se inscreve na tentativa de ordenar o inventário das obras dentro do sistema de publicações dos textos, ligando “o estudo da produção de textos ao de suas formas e seus leitores” (Chartier, 1999, p. 58).

Para este estudo, é interessante ainda levantar o sistema de legitimação do direito do autor a partir da concepção da escrita como um trabalho. Procurou-se estabelecer um limite à propriedade literária, pois seu monopólio significaria a restrição ao saber e, portanto, uma ameaça ao interesse público. Daí a transformação das leis dos direitos autorais em uma licença por tempo determinado. Os defensores do direito autoral perpétuo, no entanto, alegavam que não se poderia compartilhar aquilo que é próprio de cada autor: seu estilo, sua escolha pelas formas. Daí seu caráter original e único. A partir

dessa idéia, retomamos o conceito da função-autor estabelecido por Foucault o qual está vinculado à concepção do que é uma obra: o autor é aquele que reúne em sua obra um certo modo de expressar – um estilo – que caracteriza a unidade de sua escrita, condicionado a um contexto histórico determinado.

Na segunda metade do século XVIII, encontramos a autoria circunscrita a duas visões distintas: uma que busca a sua profissionalização, mediante o pagamento pelo trabalho da escritura, e outra que a circunscreve à atividade artística inspiradora. Contrapõe-se a idéia do reconhecimento artístico à idéia do lucro pela venda de um produto; a do autor que vive de seus bens ou das recompensas de seus protetores à do autor que vive da venda do trabalho de seus manuscritos. Mark Rose (1988, *apud* Chartier, 1999, p. 42) coloca em seu artigo a idéia divulgada pela segunda visão de que “a glória é a recompensa da ciência, e aqueles que são dignos desprezam toda e qualquer consideração mais mesquinha”. A mesquinhez, portanto, dizia respeito à atividade da escrita remunerada.

A visão tradicional do autor que sobrevive de seus bens e não de sua pena e que se contrapõe a do autor-trabalhador levou a casos típicos de negação de autoria, através da ausência da identidade do autor em textos impressos da época. Este movimento vai aos poucos sendo suplantado pela “nova economia da escrita [que] sugere a visibilidade plena do autor, criador original de uma obra da qual ele pode legitimamente esperar um lucro” (Chartier, 1999, p. 44).

No século XVIII, delineia-se um quadro de profissionalização dos autores que buscam viver de sua escrita. No entanto, ainda assim, muitos deles se beneficiam da ajuda de seus patronos. Por mais antagônico que pareça, patronato e mercado se aliam na construção da autoria.

2 A autoria de livros didáticos no Brasil

Localizando a função-autor no contexto brasileiro no final do século XIX e, especificamente, na literatura didática, os primeiros autores de livros didáticos no Brasil, segundo a estudiosa Bittencourt (1993, p. 205), eram figuras próximas ao governo e que, de alguma maneira, eram responsáveis pelo “fazer erudito”. Possuíam, portanto, “ligações com o saber oficial não apenas porque eram obrigados a seguir os programas estabelecidos, mas porque estavam ‘no lugar’ onde este mesmo saber era produzido. (...) O lugar de sua produção situava-se junto ao poder e era para o poder.”

Esse lugar de poder nos remete ao conceito de estratégias e táticas de Michel de Certeau, sendo que as últimas se referem ao conjunto de ações que não possuem um lugar próprio.

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (...) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (...). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. (Certeau, 1994, p. 99)

Diferentemente do contexto atual, os autores de livros didáticos do final do século XIX se constituíam como “os homens de ‘confiança’ do poder” (Bittencourt, 1993, p. 27), tomando para si o papel patriótico de difundir a verdadeira ciência e os valores morais, religiosos e econômicos necessários para o desenvolvimento da civilização brasileira. Estrategicamente, poder-se-ia, assim, ter o controle sobre o conhecimento a ser passado pela escola.

Com o aumento da demanda escolar, são oferecidos prêmios para aqueles que se candidatassem a escrever obras didáticas, principalmente sobre as disciplinas em que havia carência do material didático. Procurava-se dar prioridade na escolha das obras que abordassem um conteúdo de caráter nacionalista, dando preferência aos autores que tinham experiência em sala de aula.

Muitas das obras didáticas saíam, portanto, das “anotações organizadas e sistematizadas pelos professores em seus cursos” (p. 264). Muitos desses autores trabalhavam em colégios de destaque na época, como o D. Pedro II ou a Escola Militar: Justiniano José Rocha, Joaquim Manuel de Macedo, João Ribeiro (História); Pedro de Alcântara Bellegarde, Romão Puiggari, Antônio Trajano, Júlio Ribeiro (Geografia) e outros de origem religiosa.

3 As estratégias de adoção do livro didático no século XIX

Com uma produção maior de livros didáticos, oferece-se um leque de escolha de autores e títulos, mais amplo também. Os autores passam a adotar estratégias para garantir que seus livros fossem os escolhidos nas escolas. Era preciso angariar a simpatia das autoridades oficiais para aprovarem os livros e a dos professores para que escolhessem determinado título e autor.

Quando o livro caía nas graças do corpo docente, os autores ofereciam a possibilidade ao professor de encaminhar sugestões para as próximas edições dos livros, bem como correções, garantindo assim a fidelidade do professor à obra e a continuidade de sua adoção. O que se pretendia e se valorizava com isso é o trabalho – mesmo que modestamente – de “co-autoria” das obras escolhidas. Dessa forma, os autores conjuntamente com os editores utilizavam-se dessa estratégia para garantir a continuidade de adoção das obras, muito mais do que obter uma efetiva participação dos docentes na elaboração da obra.

Com a perpetuação do livro didático como recurso pedagógico imprescindível no processo de ensino-aprendizado, as estratégias de autores e editores para a influência na escolha do livro didático vêm, ao longo dos tempos, se aperfeiçoando. Atualmente temos obras que possuem prefácios dedicados a professores; outras, que se dirigem aos estudantes, numa maneira clara de influenciar a adoção desses livros pelos possíveis usuários. Outra forma de persuadir o “consumidor” é compor, paralelamente à obra, uma parafernália de materiais que acompanham os livros didáticos e que são usados como atrativo de venda e como diferencial entre produtos.

Como exemplo desse refinamento nos processos de influenciar a escolha e que não estão vinculados à figura do autor, citamos os livros dedicados ao ensino de língua inglesa, os quais oferecem como recursos adicionais embutidos em seus “pacotes comerciais”, fitas cassetes, de vídeo, CDs, ilustrações recortáveis (os chamados *pôsteres*), encartes com exercícios extras, entre outros, recursos estes que são produzidos pela editora e seus profissionais do livro e nos quais o autor não tem, muitas vezes, participação na elaboração e produção, sendo a ele apresentados para que tenha ciência do que faz parte de “sua obra”.

Percebemos, nesse contexto, uma ampliação do conceito de livro didático, o qual deixou de ser o “depositário privilegiado do saber escolar” (Bittencourt, 1993, p. 121) e o material exclusivo para o saber “redentor”, que tinha embutido em sua essência “uma forma de leitura, uma maneira de estudar e aprender” (p. 282), para assumir a forma de um produto de consumo que se faz acompanhar pelo *kit* pedagógico produzido pela editora. O livro se transforma assim “numa mercadoria inserida na lógica capitalista” (p. 77).

4 O lugar autor na literatura didática atual e na formação do professor

Na concepção moderna do conhecimento como algo dinâmico e provisório o *status* de autor perde força, pois não se vislumbra no autor aquele que detém o saber aceito e verdadeiro e a responsabilidade de transpor para o livro didático esse saber, papel a ele atribuído até então, funcionando como o intermediador do conhecimento científico.

Outro fator que contribuiu para o desprestígio de quem escreve foi a classificação do livro didático como literatura de segunda categoria, principalmente no âmbito acadêmico. O autor não representa nesse contexto, diferentemente da época anterior, a “elite intelectual” do país. Zilberman e Lajolo (1998, p. 120) fazem uma interessante alusão a respeito da desqualificação da literatura classificada como didática:

Apesar do berço ilustre, contudo, o livro didático é o primo pobre da literatura, texto para ler e botar fora, descartável porque anacrônico: ou ele fica superado, dados os progressos da ciência a que se refere ou o estudante o abandona, por avançar em sua educação. Sua história é das mais esquecidas e minimizadas, talvez porque os livros didáticos não são conservados, suplantado seu “prazo de validade”.

O desprestígio desta literatura e, conseqüentemente, de quem a produz, reflete-se no discurso docente também. Muitos professores escolhem livros didáticos como escolhem seus produtos preferidos, seus perfumes, suas roupas. Escolhem-nos por recomendação de quem já os usou ou pela forte insistência e presença de *marketing* das editoras, com brindes atraentes que os acompanham ou os “adicionais” pedagógicos. Com isso, a autoria deixou de ser um referencial na escolha do livro didático, ainda que este material continue a ser parte da realidade das salas de aula e seja enaltecido em políticas educacionais em vigor, tais como a distribuição de livros didáticos no ensino fundamental através do Programa Nacional do Livro Didático, conduzido pela FNDE (foram 708 milhões de livros distribuídos entre 1995 e 2002). Portanto, a função-autor se alterou, mas o papel do livro didático como protagonista na formação dos educandos e do próprio educador ainda se faz presente.

Talvez o que cause certo questionamento é se realmente o livro didático teve e continua a ter responsabilidade na formação do professor. A resposta a essa questão nos é sugerida por Bittencourt (1993, p. 24): “O livro escolar aparecia, em meados do século XVIII, como principal instrumento para a formação do professor, garantindo ao mesmo tempo, a veiculação do conteúdo e método de acordo com as prescrições do poder estabelecido”.

Essa referência formativa perdurou pelo século XIX, como confirma a autora:

O professor, formado em sua maioria, na prática, sem Escolas Normais, deveria necessariamente contar com o livro didático para dominar os conteúdos explícitos a serem transmitidos. O conhecimento a ser desenvolvido em sala de aula era o que estava contido nos manuais escolares e a dependência do professor tendia a crescer à medida que estes conteúdos foram exigidos em exames para a aprovação em cursos primários. (p. 260)

Embora com a ressalva de que o prestígio de quem escreve livros didáticos hoje em dia está em queda, o livro didático ainda é um dos formadores do perfil docente e é através dele que compreendemos que caminhos são trilhados pelos governantes “para a educação, desenvolvimento e capacitação intelectual e profissional dos habitantes de um país” (Zilberman; Lajolo, 1998, p. 121). Mais do que isso, o livro didático é, ainda, no Brasil, um país carente de outros referenciais e suportes, o formador de nosso leitor, como prosseguem as autoras:

O livro didático interessa igualmente a uma história da leitura porque ele, talvez mais ostensivamente que outras formas escritas, forma o leitor. Pode não ser tão sedutor quanto as publicações destinadas à infância (livros e histórias em quadrinhos), mas sua influência é inevitável, sendo encontrado em todas as etapas da escolarização de um indivíduo: é cartilha, quando da alfabetização; seleta, quando da aprendizagem da tradição literária; manual, quando do conhecimento das ciências ou da profissionalização adulta, na universidade.

5 A análise da autoria como critério de escolha do livro didático

Numa pesquisa desenvolvida com 237 alunos do curso de Letras de três diferentes instituições sobre o processo de escolha do livro didático, tendo como instrumento de pesquisa um questionário fechado que foi aplicado a alunos ingressantes e alunos do último ano do curso nessas diferentes instituições e que tinha como objetivo, colher dados sobre o processo de adoção e escolha do livro didático, pudemos inferir um dado de extrema importância sobre a autoria desses livros.

Numa das questões em que se pedia para assinalar, entre 20 critérios sugeridos, os dez mais importantes critérios (1 para mais importante) para a escolha do livro didático, o critério de autoria foi o menos mencionado nas respostas e ainda em grau de importância muito baixo.

De 237 alunos, apenas 23 mencionaram a autoria como um dos critérios de escolha do livro didático. Considerando que o peso de importância 1 era o maior, temos o seguinte quadro:

- a) apenas 2 alunos consideraram a autoria como o critério mais importante na escolha de um livro didático;
- b) apenas 6 alunos o colocaram como um critério de importância de 2 a 5;
- c) 15 alunos mencionaram esse critério entre o peso 6 e 10 de importância.

Nota-se, por esses dados, que a autoria não é um critério que está sendo levado em consideração pela maioria dos alunos que está se formando como professores nessas instituições. Isto significa, portanto, que os professores escolhem seus livros didáticos – uma vez que a pesquisa também aborda a questão da adoção ou não do livro didático – levando mais em conta critérios variados, tais como diversidade de textos, tipos de atividade, trabalho com a produção gráfica, clareza nas exposições teóricas, interdisciplinaridade, entre outros, os quais, numa análise superficial, acreditaríamos estarem associados a quem concebe o livro. Assim, não importa para a grande maioria quem escreveu ou produziu o conhecimento que se apresenta no livro. É como se o livro como produto de consumo tivesse o aval dos professores através da confiabilidade de quem o transforma em produto, nesse caso, as editoras.

Portanto, podemos concluir que a legitimação do livro didático se apóia menos na autoria e mais no trabalho realizado pelas editoras na transformação de textos em livros, utilizando-se de toda parafernália material – comercial, mercadológica e industrial – das editoras nesse processo. Essa legitimação manifesta-se no discurso de professores que lecionam no ensino básico e que nos serve de referência em nossa análise para explicar a transformação da função-autor no atual contexto da literatura didática, inserida no macrocontexto educacional.

6 A transformação da função-autor nos livros didáticos: estudos de caso

No XIX JELI (Jornada de Ensino de Língua Inglesa), evento realizado nos dias 23 e 24 de maio de 2003, pela APLIESP (Associação dos Professores de língua Inglesa do Estado de São Paulo), na FAAC (Faculdade Associada de Cotia), em São Paulo, pudemos coletar dados que confirmam a suposição de que passamos por uma fase de transformação da função-autor na literatura didática. Num dos minicursos ao qual estivemos presentes, discutia-se a carência de livros didáticos que apresentassem atividades diversificadas envolvendo tipos de habilidades distintas. Não sendo a análise específica de materiais o objetivo deste trabalho, concentro-me em uma situação ocorrida, a qual oferece elementos para nossa análise sobre autoria. Descrevo abaixo parte do diálogo travado por três participantes do minicurso, a partir do qual é possível inferir algumas idéias sobre a transformação do conceito da função-autor nos livros didáticos:

Contexto: O professor-coordenador do minicurso coloca a dificuldade de serem feitas atividades utilizando a habilidade de compreensão oral (*listening*) em salas de aula com grande quantidade de alunos e que não apresentam recursos para tal. Uma das participantes identificou-se como professora de ensino fundamental da rede pública, professora substituta (P1). Outra, identificou-se como aluna do curso de Letras de uma instituição e professora eventual na rede pública, ensino fundamental (P2). A terceira era aluna do curso de Letras do 2^o. ano da instituição onde ocorreu o evento (A).

A: Na escola a gente só estuda verbo *to be*, todos os anos... não tem atividade oral...

P1: Não é verdade! Eu uso o livro da Moderna e tem. Por exemplo, o alfabeto... tem aquela musiquinha A-B-C... (*cantarolando a musiquinha em inglês*)

P2: No da Ática também tem... o alfabeto... eu coloco a fita... os alunos cantam...

O que é importante ressaltar nessas falas é que as professoras (tanto P1 quanto P2) se referem aos livros didáticos por elas utilizados pelo nome da editora, o que significa que tanto a autoria quanto o título foram desprezados nesse contexto. Assim, os professores reconhecem o livro pela editora e não pela autoria ou título.

Tanto a editora Moderna quanto a Ática possuem títulos variados de 5^a a 8^a séries. No entanto, o professor os identifica não como uma produção individual, autoral, mas sim como produto de uma editora específica, ou seja, ela passa a ser a referência de atribuição dos textos. O professor construiu em seu imaginário um padrão de livro que corresponde ao produto oferecido por determinada editora, essa sim sua referência 'nominal'. Esse fato demonstra a grande influência que os nomes das grandes editoras têm sobre os professores. Este fenômeno, produto de um trabalho mercadológico das editoras, fixa as 'marcas' na mente do consumidor (professor), de maneira que eles os integra a seu vocabulário docente, independentemente das características inerentes ao produto consumido.

Outro exemplo ao qual podemos referir para trazer mais elementos para a discussão de como a autoria tem sido posta de lado nos dias de hoje foi selecionado a partir da visita a um evento denominado Feira Internacional de Educação em que se apresentam e comercializam produtos de educação, dentre eles os chamados Sistemas de Ensino. Este evento, que se encontra em sua décima edição, foi realizado entre os dias 14 e 17 de maio do ano de 2003, em São Paulo, no pavilhão de exposição do Expo Center Norte.

Concentrando nossa análise, nesse momento, exclusivamente sobre os sistemas de ensino, estes basicamente se caracterizam por fornecer material didático às escolas que se 'filiam' a eles, além de oferecer o chamado suporte pedagógico aos professores e às escolas que o adotam. Há sistemas de ensino que funcionam no esquema de franquia, como COC, Anglo, Objetivo, e que permitem a possibilidade de adquirir o material didático (apostilas, com capas personalizadas, inclusive) ou de fazer com que a escola seja uma das associadas ao sistema de ensino, através da aquisição do 'nome'. Há escolas que compram dos sistemas de ensino apenas o material didático (e, conseqüentemente, a assessoria para o 'bom uso' do material bem como o treinamento aos agentes educativos), porém, nesse caso, mantêm autonomia com relação à manutenção de seu 'nome'. Como exemplo, temos os sistemas: Positivo, Expoente, Pueri Domus e muitos outros.

Percebemos que os sistemas de ensino responsáveis pela produção de apostilas se difundiram de uma tal maneira que hoje conquistaram uma grande fatia (com tendência à expansão) do mercado de livros escolares que, anteriormente, pertencia às editoras de livros didáticos. Essa tendência levou as grandes editoras que produzem esse material a entrar no mercado dos sistemas de ensino e disputar uma parcela desse público que consome as apostilas produzidas por eles. Assim, temos os sistemas de ensino Apoio Escola e Uno Sistema de Ensino, desenvolvidos, respectivamente, pelas editoras Ática/Scipione e Moderna.

Em conversa com um gerente comercial de uma dessas editoras, ele ressaltou que o número de negócios realizados nesses quatro dias é superior, em termos de volume de vendas e, portanto, de faturamento, aos negócios realizados em uma bienal de livros. Desconsiderando os diferentes objetivos de cada um dos eventos para as editoras de livros didáticos, podemos observar que a educação se coloca como um produto de consumo negociável e rentável.

Trazendo a questão dos sistemas de ensino para a nossa problematização – a autoria dos materiais didáticos –, temos uma situação que confirma o esvaziamento da função-autor tal qual a concebemos: um critério classificatório de atribuição de textos que, em nosso caso, refere-se aos materiais produzidos por esses sistemas de ensino: as apostilas.

Embora o Apoio Escola ofereça em suas apostilas partes dos livros didáticos produzidos pelas editoras a que pertencem, nas diferentes disciplinas, divididos em módulos bimestrais, fazendo com que os direitos autorais sejam preservados – uma vez que o autor receberá proporcionalmente por cada parte publicada nos módulos, até que o livro inteiro

tenha sido publicado e utilizado ao final de cada série – a identidade do material impresso está vinculada ao sistema de ensino.

A situação é ainda mais atípica nos outros sistemas de ensino, inclusive o apresentado pela editora Moderna, o Uno Sistema de Ensino. Nessa segunda situação, não se pode falar propriamente em autoria. Primeiramente, as pessoas que produzem o material não são identificadas individualmente, mas fazem parte de equipes de preparação, as quais são, geralmente (mas não sempre), citadas nas contracapas do material didático impresso. As equipes são formadas na quase totalidade por professores ou ex-professores dos sistemas de ensino para os quais trabalham ou trabalharam - o que está em conformidade com o pensamento descrito anteriormente no histórico sobre quem eram os autores de livros didáticos no Brasil: aqueles que tinham a experiência em sala de aula.

Um segundo aspecto a ser considerado com relação ao material produzido pelos sistemas de ensino é que os ‘fabricantes’ (não autores, portanto) de apostilas não possuem direitos autorais sobre os materiais que produzem, pois estes são de propriedade do sistema de ensino, não importando o número de vezes ou quantidade que esse material seja impresso. Eles recebem pela “empreitada” da realização da tarefa³, o que exemplifica bem o processo de mercantilização da educação e, especificamente em nosso caso, das obras impressas dedicadas ao ensino nas escolas.

Se o material pertence ao sistema de ensino, o qual pode fazer dele o que bem entender, e se a responsabilidade sobre o material que é produzido recai sobre a pessoa jurídica que é o sistema de ensino, temos a descaracterização ou, até mesmo, a ausência da função-autor na produção desse tipo de material. Talvez estejamos chegando no momento expresso pela indagação de Beckett que aparece no artigo de Foucault (1979) “Que diferença faz quem está falando?”.⁴

7 Os novos agentes da função-autor e o papel destinado ao autor

Uma nova modalidade da função-autor tem-se construído nos livros didáticos atuais em que as editoras assumem a função-autor, caracterizada pelo “modo de existência, circulação e funcionamento de determinados discursos dentro de uma sociedade”⁵. Isso

3 Essa informação foi obtida em dois sistemas de ensino, aos quais tivemos acesso. Em um deles, trabalhamos na produção de apostilas dedicadas ao ensino de língua portuguesa e literatura brasileira, no final da década de 80. Isso não quer dizer que não possam existir, em outros sistemas de ensino, diferentes modalidades de participação nos lucros da equipe de produção desses materiais e que sejam desconhecidas por nós.

4 Tradução nossa da citação que Foucault faz de Beckett: “What difference does it make who is speaking?” (Foucault, 1979, p. 141).

5 Tradução nossa do trecho do texto de Foucault: “The author-function is therefore characteristic) of the mode of existence, circulation, and functioning of certain discourses within a society.” (Foucault, 1979, p. 148).

significa que existe uma tendência ao desaparecimento da função-autor nos moldes que a concebemos historicamente.

Segundo Foucault ainda, na crítica literária moderna, o autor é aquele que estabelece certa unidade ao que escreve. Relacionando esta idéia ao conceito de Certeau (1994), ele domina “um lugar próprio”, um lugar de poder da escrita, escrita caracterizada por um tempo e um espaço determinados historicamente. A existência do autor, portanto, não precede ao que este escreve, pois possui limites marcados pelo contexto em que está inserido. O significado estaria, assim, sendo delimitado pelo autor.

No que diz respeito à literatura didática, o surgimento do manual ou livro do professor mostra claramente a delimitação dos possíveis olhares sobre o uso de uma obra. Caracteriza-se por uma tentativa dos autores de “impedir formas diferenciadas e criativas de trabalhar com o texto que haviam produzido”. (Bittencourt, 1993, p. 271-272). A autora comenta sobre esse trabalho de intervenção dos autores:

A intervenção dos autores sobre o processo de aprendizagem e uso do livro pelos professores, evoluiu para a confecção dos “livros do professor” que eram distribuídos junto com o livro do aluno, forma de garantir inclusive que os exercícios escolares fossem realizados corretamente e conforme o pensamento do autor.

No livro didático, os possíveis usos a que Certeau se refere estão demarcados não somente pelo olhar do autor, mas também e principalmente pelas necessidades e desejos da editora. É ela que, confrontando-se com o produto livro didático que deseja, com os diferenciais que busca para cada produto em um determinado segmento, recomenda ao autor o que deve ou não aparecer, o que deve ser orientado e como, tornando assim cada livro uma opção para um público determinado.

O livro ou manual do professor ilustra, portanto, a perda de autonomia do leitor/usuário. Esse recurso vai de encontro ao que professa Certeau (1994, p. 271-272) sobre o “recoo do corpo, condição [da] autonomia do leitor”, a verdadeira “emancipação dos lugares, com liberdade de movimentos”. Esses manuais orientam o que deve ou não ser considerado, relevado e difundido como conhecimento. No entanto, como o próprio Certeau diz, não tomemos os outros por idiotas. Não se deve ter a ilusão do poder compartilhado.

O que se tem observado na concepção da obra didática é o trabalho anterior de criação de um projeto editorial ao qual o autor molda seu texto, materializando esse projeto. O autor passa, portanto, a ser um produto igualmente da editora. É isso que tem ocorrido nas grandes editoras de obras didáticas. Elas convidam autores a realizar um trabalho pré-determinado. A autonomia do autor fica restrita e sujeita a ações de interferência da editora através de seu corpo profissional. Daí a imagem do autor se perder, se mesclar, se fundir à imagem da editora e a conseqüente dissipação da função-autor como a concebemos anteriormente no contexto dos livros didáticos.

Magda Soares (1996) levanta brevemente a questão da autoria em seu artigo "Um olhar sobre o livro didático". Segundo a autora, há um deslocamento da figura do autor de livro didático ao longo do século XX, no Brasil. Até a metade desse século, intelectuais, cientistas e professores renomados responderam pela escrita dos livros didáticos no país – Olavo Bilac, Lourenço Filho, Aroldo de Azevedo, Carlos de Laet e Fausto Barreto entre outros – e esses autores nem sempre possuíam formação específica na área em que escreviam. Na segunda metade do século, após a fundação das faculdades de Filosofia (a partir de 1930), teremos autores egressos dos quadros de professores do ensino elementar e médio.

Podemos dizer que uma das razões pelas quais a autoria do livro didático perdeu o prestígio ao longo dos séculos foi o abandono dessa atividade por intelectuais ou professores do ensino superior, o que levou a torná-la uma "atividade menos nobre no campo das publicações científicas". (Soares, 1996, p. 60).

Para finalizar esse estudo sobre a função-autor nos livros didáticos, gostaríamos de fazer um paralelo entre as concepções de conhecimento veiculadas pela função-autor em oposição à construção de uma função a qual denominaremos de função-produtor. Enquanto aquela se constitui pela autoridade do conhecimento, pela responsabilidade ética com o saber, fazendo com que o conhecimento seja um meio cujo fim é a formação de um leitor crítico, reflexivo e criativo, a segunda veicula uma visão de conhecimento como um produto, o qual funciona como um estimulador estético da informação. Nesta visão, o conhecimento é fim e, por isso, vende-se como produto a ser consumido. Conseqüentemente, o autor em geral e especificamente do livro didático assume diferentes conotações em cada uma das abordagens do conhecimento.

8 O lugar do professor e do aluno em relação ao livro didático

Segundo Coracini (1999), no contexto escolar da sala de aula, o professor e o aluno são elementos chaves e é preciso observar quais os lugares e posições que eles ocupam em relação ao livro didático. O professor assume o papel de regente do livro didático, uma vez que este recurso foi elevado, no contexto educacional atual, a transmissor do conhecimento aceito. Cabe ao professor este espaço específico que lhe confere a identidade de condutor do processo que se constrói nas relações com o livro didático. Com relação ao aluno, podemos inferir que este desempenha um papel completamente passivo como sujeito-leitor dos textos que o livro didático apresenta.

Para exemplificar a materialização desses papéis assumidos, trazemos a análise de alguns elementos apresentados no livro didático. Percebemos que o livro didático dirige o olhar do sujeito-leitor, não só através do conhecimento que se propõe a transmitir, mas também através da orientação que é dada ao professor inscrita no livro ou manual a ele

dedicado, estabelecendo limites para a leitura e interpretações de alunos e também dos professores. Essa posição que é destinada ao aluno-leitor estabelece-se como a única e correta posição a ser assumida por ele em relação ao livro didático. No entanto, não podemos afirmar que essa posição seria determinada conscientemente pelo autor a fim de reduzir o poder criativo e interpretativo do aluno e sua conseqüente capacidade crítica, mas como um mecanismo de controle de uso que garante a 'qualidade' daquilo que é produzido. Isso nos remete às palavras de Souza (1999b, p. 101), quando diz que "a crença de que é possível (de)limitar as interpretações de um texto no ato da leitura é uma ilusão de natureza ideológica".

Analisando os livros didáticos, percebemos que esse posicionamento recorrente atribuído aos alunos-leitores, usuários finais do livro didático, determina os lugares no processo de interação com os textos, marcando as possíveis relações a que estes estão submetidos como "agentes sociais, leitores e produtores de texto". (p. 101).

Outro questionamento que se faz em relação ao livro didático é a hierarquização e interdependência entre os conteúdos propostos, o que delimita a atuação do professor. Essas limitações são alimentadas pelo aparato editorial, o qual, por sua vez, condiciona um espaço para o autor, a fim de que o livro seja um produto comercial de sucesso.

Outro aspecto a ser considerado na impressão e edição do livro didático é a autonomia da editora para – independente da vontade do autor de renovar sua obra – reimprimi-la, cortá-la, inserir novas atividades e conteúdos, a fim de satisfazer um desejo do público que a consome, caso o produto livro-didático ainda se mostre como um produto vendável. Ela pode, da mesma forma, decidir por excluí-lo de seu catálogo, passando a não divulgá-lo, se considerá-lo um fracasso de vendas.

No que diz respeito ainda à função-autor, criam-se autores fictícios para obras didáticas que têm chances de sucesso, preservando assim os 'nomes' reais de autores, se estes já possuem obras de sucesso com as quais as novas obras podem vir a competir e "dividir" um mercado já conquistado, em vez de agregar vendas.

Considerando estes aspectos, referimo-nos ao que Souza (1999a, p. 31) chama de "ilusão de autoria". Ao autor não é conferida autonomia sobre seu material, visto que este está em consonância com as necessidades e padrões estipulados pela editora. Seu lugar como autor é "o de fazer concessões" para ser reconhecido como autor, o que remete a uma contradição: o fato de o autor só poder ser reconhecido como tal à medida que se descaracteriza como o indivíduo que produziu um texto determinado, cujas significações se inserem no contexto político-social (isso nos remete novamente a função-autor apresentada por Foucault).

Mediante essa reflexão, poderíamos contestar aqui a questão da co-autoria sugerida pelos diferentes usos do livro didático por professores e alunos, uma vez que o "lugar" a estes reservados na relação com o livro didático parece-nos condicionado. No entanto,

alunos e professores desempenham inconscientemente táticas que subvertem os espaços determinados. Assim, temos a possibilidade de inserir professores e alunos na escrita, assumindo sua participação na produção, circunscrita a um espaço/tempo histórico-social. O que, conseqüentemente, nos leva a refletir sobre o papel talvez secundário atribuído ao livro didático por alunos e professores na caracterização da função-autor.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1993.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: Editora UnB, 1999.
- CORACINI, M. J. (org.) **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. What is an author? In: HARARI, J. (ed.). **Textual strategies: perspectives in post-structuralist criticism**. Ithaca: Cornell University Press, 1979. p. 141-160.
- _____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MCKENZIE, D. F. **Bibliography and the sociology of texts**. London: The British Library, 1986.
- ROSE, Mark. The author as proprietor: Donaldson v. Becket and the genealogy of modern authorship. **Representations**, n.23, p. 51-85, 1988.
- SOARES, Magda. Um olhar sobre o livro didático. **Presença pedagógica – Livro: objeto de desejo**. Belo Horizonte, Dimensão, v.2, n. 12, p. 53-63, nov./dez. 1996.
- SOUZA, Deuza M. Autoridade e livro didático. In: CORACINI, M. J. (org.) **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas, SP: Pontes, 1999a. p. 27-43.
- _____. Livro didático: arma pedagógica. In: CORACINI, M. J. (org.) **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas, SP: Pontes, 1999b. p. 93-103.
- ZILBERMAN, R.; LAJOLO, M. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1998.